



EDITAL DE LICITAÇÃO
Modalidade Carta Convite Obras
Convite nº 02/2011

O Município de Alto Paraíso de Goiás, Estado de Goiás, através da Comissão Permanente de Licitação da Prefeitura Municipal de Alto Paraíso de Goiás, torna público que realizará licitação na modalidade Carta Convite Obras, tipo menor preço global, nos moldes peculiares da Lei Federal nº 8.666/93, e de acordo com as condições estabelecidas, cuja documentação e propostas deverão ser entregue em local, data e horário especificado neste Edital.

Local: Sede da Prefeitura Municipal de Alto Paraíso de Goiás-Go, situada na Praça do Centro Administrativo n.º 01;

Tipo: Menor Preço Global

Data de Julgamento: 14/04/2011

Horário: 09h00min.

1 - DO OBJETO

1.1.-A presente licitação tem por objeto a escolha da proposta mais vantajosa para o município dos itens contidos no **Anexo I**, parte integrante deste Edital.

1.2 – Fazem parte integrante deste edital os seguintes anexos:

ANEXO I – DESCRIÇÃO DO OBJETO

ANEXO II - DECLARAÇÃO DE CONCORDÂNCIA COM O EDITAL, INEXISTÊNCIA DE FATO SUPERVENIENTE E IMPEDITIVO PARA LICITAR OU CONTRATAR COM A ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA E ATENDIMENTO AO INCISO XXXIII, DO ART. 7º DA CONSTITUIÇÃO FEDERAL

ANEXO III – MODELO DE CARTA DE APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA;

ANEXO IV - MEMORIAL DESCRITIVO;

ANEXO V – PLANILHA ORÇAMENTARIA;

ANEXO VI - MINUTA DO CONTRATO.

2 - DA DOTAÇÃO

2.1 - Os recursos para fazer face às despesas do objeto deste edital correrão por conta da dotação orçamentária, aprovada para o exercício de 2011, constante do orçamento-programa do Município.

3 - DAS CONDIÇÕES DE PARTICIPAÇÃO

É expressamente vedada a participação de consórcios ou grupos de empresas

4 - DO PROCESSO LICITATÓRIO



4.1 Os participantes deverão apresentar, de forma distinta e lacrada, apenas um envelope contendo a proposta comercial.

4.2 As propostas deverão ser digitadas, datadas e assinadas, rubricadas nas demais folhas, sem emendas, rasuras ou entrelinhas, sob pena de desclassificação;

4.3 A proposta de preço deverá ser apresentada em envelope lacrado, contendo externamente os seguintes dizeres:

PREFEITURA MUNICIPAL DE ALTO PARAÍSO DE GOIÁS
COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÕES
CARTA CONVITE N° _____/20_____
PROPOSTA COMERCIAL

5 - DA HABILITAÇÃO

Para fins de habilitação o envelope contendo a documentação deverá conter:

Documentação relativa à habilitação consistirá em:

5.1 - **ANEXO I - DECLARAÇÃO DE CONCORDÂNCIA COM O EDITAL, INEXISTÊNCIA DE FATO SUPERVENIENTE E IMPEDITIVO PARA LICITAR OU CONTRATAR COM A ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA E ATENDIMENTO AO INCISO XXXIII, DO ART. 7º DA CONSTITUIÇÃO FEDERAL**

5.2. - Somente serão exigidos os itens 5.3, e 5.4 no ato da contratação conforme faculta o parágrafo primeiro do Art. 32 da Lei 8.666/93 e Decreto municipal nº. 804/2001 de julho de 2001.

5.3 - Prova de inscrição no Cadastro de Pessoas Físicas (CPF) ou no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica (CNPJ);

5.4 - Prova de regularidade relativa à Seguridade Social e ao Fundo de Garantia por Tempo de Serviços (FGTS);

6 - DA PROPOSTA COMERCIAL

Os envelopes de propostas comerciais deverão ser entregues até o dia e hora marcados para a sua abertura;

As propostas deverão conter:

6.1 Prazo de validade não inferior a 30 (trinta) dias a contar da data prevista para abertura dos envelopes de proposta. As propostas que omitirem o prazo de validade serão entendidas como válidas pelo prazo citado;

6.2 Prazo de entrega;

6.3 Os preços deverão ser apresentados em moeda corrente;



6.4 As propostas deverão ser datilografadas ou impressa em processador de textos, sem emendas, rasuras ou entrelinhas e rubricadas em todas as suas folhas, numeradas datadas e assinadas pelo representante legal da licitante.

6.5 Não serão aceitos pela comissão Permanente de Licitação os documentos que sendo representados em cópias, suas reproduções se mostrem ilegíveis.

7 - DA ORDEM DOS TRABALHOS

7.1 A reunião terá início com o recebimento do envelope de documentação, dos licitantes que o apresentaram no prazo previsto;

7.2 Divulgação do resultado da habilitação, mediante leitura da atar devolução dos envelopes fechados aos concorrentes inabilitados, contendo as respectivas propostas, desde que não tenha havido recurso ou após sua denegação;

7.3 Abertura dos envelopes contendo as propostas comerciais dos concorrentes habilitados, desde que transcorrido o prazo sem interposição de recurso, ou tenha havido desistência expressa, ou após o julgamento dos recursos interpostos;

7.4 A interpelação dos presentes sobre eventuais manifestações que desejarem constar em ata;

7.5 As impugnações dos licitantes contra as ofertas dos concorrentes, somente poderão ser formuladas durante a reunião de abertura, sendo registrado em ata;

7.6 Todo o procedimento será devidamente registrado em ata, que será assinada por todos os presentes;

7.7 Cada licitante poderá ser representado por mandatário, por intermédio de procuração por instrumento publico ou particular em separado dos envelopes, condições necessária para o recebimento pela Comissão Permanente de Licitação.

8 - DO JULGAMENTO DAS PROPOSTAS

8.1 As propostas serão julgadas pela CPL, de acordo com o disposto no presente Edital, observando, com rigor, os regramentos da Lei Federal nº 8.666/93;

8.2 Para efeito de julgamento das propostas, será considerado vencedor o licitante, que atendendo a todas as condições estipuladas neste Edital, ofertar o menor preço e/ou condições de pagamento.

8.3 Verificada a igualdade de condições entre duas ou mais propostas, o desempate será através de sorteio, depois de observado o disposto no § 2º do art. 45 e incisos I, II e III do art. 3º da Lei de Licitações;

8.4 Não serão consideradas as propostas em desacordo com os termos deste Edital ou que se oponham a qualquer dispositivo legal vigente;

8.5 Serão desclassificadas as propostas:

8.6 Que não satisfaçam às exigências do presente edital;



8.7 Que contenham rasuras, emendas ou entrelinhas não relevadas pela CPL;

8.8 Que sejam omissas, vagas ou apresentarem irregularidades ou defeitos capazes de dificultar o julgamento;

8.9 O resultado do julgamento das propostas será afixado no "placar" de entrada desta Prefeitura, no placar oficial de avisos.

9 - DA ENTREGA DO OBJETO

9.1 O licitante declarado vencedor deverá atender os objetos da presente licitação, no prazo de vigência da mesma, mediante recebimento da Nota de Empenho.

10 - DO PAGAMENTO

10.1 O pagamento será efetuado mediante ordem bancária emitida em nome do licitante vencedor em cheque cruzado, contra entrega do faturamento;

11 - SANÇÕES PARA O CASO DE INADIMPLEMENTO

11.1 Pela recusa injustificada da empresa vencedora da licitação, conforme o caso, em deixar de cumprir as obrigações assumidas ou preceitos legais, serão aplicadas as seguintes penalidades:

11.2 Multa de 2 % (dois por cento) sobre o valor da proposta;

11.3 Suspensão temporária de participar de licitações e impedimento de contratar com a Prefeitura Municipal de Alto Paraíso de Goiás, por prazo não superior a 02 (dois) anos;

11.4 Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que a vencedora promova sua reabilitação;

12 - DOS RECURSOS

12.1 Dos atos decorrentes da aplicação do presente Edital cabem recursos nos termos do art. 109 e seguintes da Lei Federal nº 8.666/93;

12.2 Os recursos, a representação e o pedido de reconsideração devem observar os seguintes requisitos:

12.3 Serão digitados e devidamente fundamentados;

12.4 Serão assinados por representante legal da recorrente ou por procurador devidamente habilitado;

12.5 Serão protocolizados na Secretaria de Administração do Município;

12.6 Os recursos e/ou pedido de reconsideração interpostos fora do prazo não serão conhecidos nem providos.



13 - DO REAJUSTE

13.1 Não haverá reajustamento de preços bem como atualização.

14 - DAS CONDIÇÕES GERAIS

14.1 A vencedor (a) deste certame obrigam-se a assinar contrato;

14.2 A anulação do procedimento licitatório por motivo de ilegalidade, não gera obrigação de indenizar quem quer que seja por parte da Prefeitura, ressalvado o disposto no parágrafo único do art. 59 da Lei nº 8.666/93;

14.3 É facultado a CPL promover quaisquer diligências ou solicitar esclarecimentos necessários à instrução do processo licitatório, vedada à inclusão posterior de documentos ou informações que deveria constar originalmente na proposta;

14.4 Fica eleito o Foro da Comarca de Alto Paraíso de Goiás – GO, para dirimir as questões que porventura venham a surgir, por força do presente instrumento e do contrato, renunciando as partes a qualquer outro, por mais privilegiado que seja;

14.5 A apresentação da proposta implica aceitação plena e total das condições deste edital, sujeitando-se a licitante às sanções previstas nos artigos 87 e 88 da lei de licitações;

14.6 Não será exigidos dos interessados em participar do processo licitatorio, prévio recolhimento de taxa referente ao fornecimento do edital e seus respectivos anexos.

14.7 Toda a documentação fotocopiada apresentada a CPL deverá estar devidamente autenticada / conferida pelo cartório competente; ou apresentação dos documentos originais para ser em autenticadas pela comissão.

14.8 Julgada a licitação e anunciado o resultado, o licitante vencedor será convocado para assinar o contrato respectivo em até 10 (dez) dias, contados da data em que ocorrer a adjudicação;

14.9 Esclarecimentos relativos a esta licitação e às condições pertinentes ao cumprimento do seu objeto poderão ser obtidos na Comissão Permanente de Licitação pelos seguintes meios:

Pessoalmente em horário de expediente da Prefeitura Municipal de Alto Paraíso de Goiás, situada à Praça do Centro Administrativo, nº 01 – Centro;
Por telefone/fax: (62) 3446-1249

Alto Paraíso de Goiás, 07 de abril de 2011.


Maurício Wislley Fabrício da Silva
Presidente da Comissão Permanente de Licitações



ANEXO I

Contratação de empresa para Reforma do Centro de Referência da Assistência Social deste Município, de acordo com o Projeto Básico, Orçamento Estimativo e Memorial Descritivo.



ANEXO II

EDITAL DE CARTA CONVITE Nº ____/20____.

DECLARAÇÃO DE CONCORDÂNCIA COM O EDITAL, INEXISTÊNCIA DE FATO SUPERVENIENTE E IMPEDITIVO PARA LICITAR OU CONTRATAR COM A ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA E ATENDIMENTO AO INCISO XXXIII, DO ART. 7º DA CONSTITUIÇÃO FEDERAL

A empresa _____ inscrita no CNPJ nº _____, por intermédio de seu representante legal o(a) Sr(a) _____, portador(a) da Carteira de Identidade nº _____ e do CPF nº _____, DECLARA, para os devidos fins e em especial para a Comissão Permanente de licitação do Município de Campos Belos/GO:

DECLARAMOS, para todos os efeitos legais que estamos de pleno acordo com as condições estabelecidas no Edital de licitação e nos submetemos incondicional e integralmente;

DECLARAMOS também, sob as penas da Lei a INEXISTÊNCIA de fatos supervenientes ou impeditivos para licitar ou contratar com a Administração Pública, ciente da obrigatoriedade de declarar ocorrências posteriores;

DECLARAMOS ainda, sob as penas da Lei, que não utilizamos mão-de-obra direta ou indireta de menores de 18 (dezoito) anos para a realização de trabalhos noturnos, perigosos ou insalubres, bem como não utilizamos, para qualquer trabalho, mão-de-obra direta ou indireta de menores de 16 (dezesesseis) anos, exceto na condição de aprendiz, a partir de 14 (quatorze) anos, conforme disposições da Lei n.º 8.666/93, Lei 9.854, de 27/10/1999, regulamentada pelo Decreto nº 4.358, de 05/09/2002.

_____/GO, ____/____/____

(Carimbo e assinatura do responsável legal)



A N E X O III

MODELO DE CARTA DE APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA

Local e Data

À

PREFEITURA MUNICIPAL DE ALTO PARAISO DE GOIÁS

A/C Comissão Permanente de Licitação

Alto Paraíso de Goiás – Goiás

REF: Carta de Apresentação da Proposta Comercial referente à Carta Convite nº _____/2011.

Objeto: _____

Prezados Senhores,

Sobre o assunto tratado em referência, vimos apresentar a nossa Proposta Comercial para execução dos serviços de Ampliação e Reforma do CAT da sede do Município de Alto Paraíso de Goiás motivo do objeto da presente licitação cabendo esclarecer que:

1. O nosso preço global para execução dos serviços é de R\$ _____ (_____). Sendo o valor da mão de obra de R\$ _____ (_____) e o valor do material na quantia de R\$ _____ (_____).

2. O prazo para a execução dos serviços é de _____ (_____) dias contados a partir da data de emissão da Ordem de Serviços pela **PREFEITURA MUNICIPAL DE ALTO PARAISO DE GOIÁS**.

4. O prazo de validade desta proposta é de _____ (_____) dias contados a partir da data de abertura do presente certame.

Em anexo apresentamos a nossa planilha orçamentária, o cronograma físico-financeiro.

Atenciosamente,

Assinatura do Responsável Legal da Empresa



Prefeitura Municipal de Alto Paraíso de Goiás
Estado de Goiás

000016

ANEXO IV

MEMORIAL DESCRITIVO



Secretaria Municipal da Rede de Proteção Social

Avenida Abilio Szervinsk, quadra 17 parte da APM 09 – Setor Novo Horizonte

73.770-000 - Alto Paraíso de Goiás - GO

phones: (62) 3446-1875 e-mail: assistenciasocial@altoparaiso.go.gov.br

000017

MEMORIAL DESCRITIVO DA REFORMA DO CENTRO DE REFERÊNCIA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

DESCRIÇÃO GERAL

O presente memorial descritivo tem por finalidade definir os trabalhos de reforma do prédio do Centro de Referência de Assistência Social, no Setor Novo Horizonte, adaptando-o ao máximo possível às recomendações e normas do Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome, para execução do Programa de Atendimento Integral às Famílias – PAIF.

Serão executados os seguintes serviços:

1. Reforma da rampa de entrada
2. Colocação de forros nas salas frontais;
3. Construção de avanço do telhado na entrada do prédio;
4. Construção de escoamento águas pluviais na entrada do prédio;
5. Reforma dos banheiros;
6. Reforma da copa/cozinha;
7. Reforma de instalação elétrica, telefônica e rede de computadores;
8. Adaptação da área frontal para servir de sala de recepção;
9. Colocação de portões de entrada;
10. Colocação de grades de proteção em porta e janelas;
11. Reparo no telhado;
12. Pintura interna e externa;
13. Implantação de sinalização interna e externa;
14. Reforma do jardim frontal.

Todos os trabalhos deverão ser executados por pessoal habilitado utilizando-se de ferramental específico para os serviços a que se destinam. Deverão ser rigorosamente seguidas todas as recomendações dos fabricantes/ fornecedores dos materiais especificados.

NORMAS TÉCNICAS

Deverão ser seguidas todas as normas aplicáveis da ABNT referentes a obras civis e acessibilidade.

MANUTENÇÃO E LIMPEZA DO LOCAL DAS OBRAS

O local das obras deverá ser permanentemente mantido limpo, devendo qualquer rejeito ser descartado para local a ser determinado pela prefeitura, sob responsabilidade da Empreiteira.

RECONSTITUIÇÃO DAS PARTES DANIFICADAS

Quaisquer elementos existentes danificadas pelas obras deverão ser substituídos ou recompostos nos mesmos padrões originais.



Secretaria Municipal da Rede de Proteção Social

Avenida Abilio Szervinsk, quadra 17 parte da APM 09 – Setor Novo Horizonte

73.770-000 - Alto Paraíso de Goiás - GO

fores: (62) 3446-1875 e-mail: assistenciasocial@altoparaíso.go.gov.br

TESTES, LIMPEZA GERAL E ENTREGA DA OBRA

Antes da entrega das obras, todas as instalações e sistemas deverão ser testados quanto ao seu perfeito funcionamento e desempenho.

A limpeza geral, das áreas internas e externas do prédio, decorridos da reforma são de responsabilidade da empreiteira

DESCRIÇÃO DOS SERVIÇOS

1. REFORMA DA RAMPA DE ENTRADA

- A rampa de acesso ao CRAS deverá ser construída em concreto, com uma declividade máxima de 5% do seu comprimento, de acordo com a NBR 9050, com largura mínima de 1,20m,c om guias de balizamento laterais de 0,05m, construídas nos limites da largura da rampa.

2. COLOCAÇÃO DE FORROS NAS SALAS FRONTAIS

- O forro das peças ampliadas serão do tipo PVC branco de 20 cmx10mm. A fixação (pvc ou metálicos) com perfis deverá seguir orientações do mesmo fabricante. O espaçamento não poderá ser superior a 50 cm ou conforme orientação do fabricante.

3. CONSTRUÇÃO DE AVANÇO DO TELHADO

- Será construído um avanço do telhado na área frontal, em 01 água, com inclinação para frente, em telha de barro tipo Plan, com as dimensões de 6x3 com estrutura de madeira para proteger a área da Recepção das chuvas.

4. CONSTRUÇÃO DE ESCOAMENTO ÁGUAS PLUVIAIS

- Para evitar a entrada de águas para o interior do prédio, durante o período das chuvas, será construído escoadouro com canaletas de concreto, junto ao passeio frontal do prédio, com uma declividade lateral de no mínimo 5%. O escoadouro será recoberto por tampas com grelhas de ferro.

5. REFORMA DOS BANHEIROS

- As atuais portas dos banheiros deverão ser substituídas por portas de madeira semi-ocas, com vão livre de 0,90m, com fechadura especial para banheiro.
- junto às bacia sanitárias, na lateral e no fundo, devem ser colocadas barras horizontais para apoio e transferência, com comprimento mínimo de 0,80 m, a 0,75 m de altura do piso acabado , conforme NBR 9050.

6. REFORMA DA COPA/COZINHA

- Mudança da pia da cozinha para o depósito, que servirá, então de copa cozinha.



Secretaria Municipal da Rede de Proteção Social

Avenida Abilio Szervinksk, quadra 17 parte da APM 09 – Setor Novo Horizonte

73.770-000 - Alto Paraíso de Goiás - GO

fonos: (62) 3446-1875

e-mail: assistenciasocial@altoparaiso.go.gov.br

000018

7. REFORMA DE INSTALAÇÃO ELÉTRICA, TELEFÔNICA E REDE DE COMPUTADORES

I. Instalações elétricas

- As luminárias internas serão do tipo fluorescente de 2x40W., com a utilização de calhas externas.
- Todas as tomadas serão substituídas pelo novo padrão ABNT, 2p+T.
- Todos os circuitos de distribuição de energia terão origem em centro de distribuição onde serão protegidos através de disjuntores apropriados.
- Os aterramentos deverão ser interligados para diminuir a resistência ômica.

II. Instalações telefônicas

- O CRAS deverá ter um centro de distribuição de linha telefônica, de onde derivarão todas as tomadas telefônicas, visando um futuro PABX.
- Todas as salas terão no mínimo um ponto de telefone, conforme projeto, e todas elas serão derivadas do centro de distribuição.
- Haverá, junto ao centro de distribuição, proteção telefônica contra distúrbios da rede e atmosféricos (raios).

III. Instalação de cabos e wireless da rede de computadores

- Todas as salas deverão ter pelo menos 01 ponto de acesso por cabo à rede interna de computadores.
- Além de rede por cabos, o CRAS deverá contar com rede Wireless para eventuais notebooks e smartphones.

8. ADAPTAÇÃO DA ÁREA FRONTAL PARA SERVIR DE SALA DE RECEPÇÃO

- Colocação de piso cerâmico e construção de mureta de alvenaria de 3,5x1,5m para fechamento parcial do local.
- Colocação de porta (largura: 1,2m) e janela vidro.

9. COLOCAÇÃO DE PORTÕES DE ENTRADA

- Colocação dos portões nos mourões da cerca do CRAS

10. COLOCAÇÃO DE GRADES DE PROTEÇÃO EM PORTA E JANELAS

- Nas janelas e porta externa de acesso à sala do Telecentro deverão ser chumbadas grades de proteção.

11. REPARO NO TELHADO

- O telhado deverá ser reparado, substituindo as telhas quebradas por novas e alinhando-as.

12. PINTURA INTERNA E EXTERNA;

- Todas as superfícies em alvenaria deverão receber pinturas para proteção do tipo acrílica ou similar sobre selador acrílico do mesmo fabricante.
- As paredes internas e externas deverão ser pintadas, para proteção contra sujeira, em meia-parede com esmalte sintético.



Secretaria Municipal da Rede de Proteção Social

Avenida Abilio Szervinksk, quadra 17 parte da APM 09 – Setor Novo Horizonte

73.770-000 - Alto Paraíso de Goiás - GO

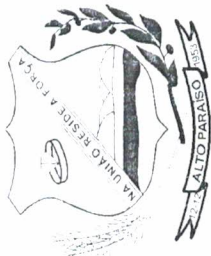
fones: (62) 3446-1875 e-mail: assistenciasocial@altoparaiso.go.gov.br

- As esquadrias de ferro e portas internas serão pintadas com esmalte sintético.
 - Observa-se que todas as superfícies deverão receber no mínimo duas demão de tinta.
13. **IMPLANTAÇÃO DE SINALIZAÇÃO EXTERNA**
- Na parede de fachada do prédio, abaixo do telhado, tomando da lateral direita até o início da área de entrada, será pintado letreiro em azul marinho, com o dizer: CRAS - CENTRO DE REFERENCIA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL. Ao fundo do prédio também pintar-se-á a mesma inscrição.
 - Na fachada do prédio, abaixo do telhado, à esquerda da entrada de acesso, será pintado, em azul, a seguinte inscrição: CONSELHO TUTELAR.
14. **REFORMA DO JARDIM FRONTAL.**
- Nivelamento do terreno;
 - colocação de grama e canteiros com flores.



ANEXO V

PLANILHA ORÇAMENTÁRIA



Prefeitura Municipal de Alto Paraíso de Goiás
Estado de Goiás

PROPRIETÁRIO: PREFEITURA MUNICIPAL DE ALTO PARAÍSO DE GOIÁS-GO
OBRA: REFORMA DO CENTRO DE REFERENCIA DA ASSISTENCIA SOCIAL
ENDEREÇO: AV. ABILIO SZERVINSKS QD. 17-PARTE DA APM 09 SETOR NOVO HORIZONTE
MUNICIPIO: ALTO PARAÍSO DE GOIÁS

PLANILHA ORÇAMENTÁRIA

ÍTEM	NOME DO SERVIÇO	P. MAT.	P.O.M.	TOTAL
1	REFORMA DA RAMPA DE ENTRADA	1.000,00	800,00	1.800,00
2	COLOCAÇÃO DE FORROS NAS SALAS FRONTAIS	2.500,00	1.500,00	4.000,00
3	CONSTRUÇÃO DE AVANÇO DO TELHADO NA ENTRADA DO PRÉDIO	1.000,00	1.000,00	2.000,00
4	CONSTRUÇÃO DE ESCOAMENTO DAS ÁGUAS PLUVIAIS NA ENTRADA DO PRÉDIO	1.000,00	500,00	1.500,00
5	REFORMA DOS BANHEIROS	1.200,00	800,00	2.000,00
6	REFORMA DA COPA/COZINHA	1.000,00	500,00	1.500,00
7	REFORMA DE INSTALAÇÃO ELÉTRICA, TELEFONICA E REDE DE COMPUTADORES	1.000,00	500,00	1.500,00
8	ADAPTAÇÃO DA ÁREA FRONTAL PARA SERVIR DE SALA DE RECEPÇÃO	1.000,00	500,00	1.500,00
9	COLOCAÇÃO DE GRADESS DE PROTEÇÃO EM PORTAS E JANELAS	1.000,00	500,00	1.500,00
10	REPARO NO TELHADO	1.500,00	1.000,00	2.500,00
11	PINTURA INTERNA E EXTERNA	4.700,00	4.000,00	8.700,00
	CUSTO DIRETO DA OBRA			28.500,00


Hermes Lima Júnior
CREA: 5061427747

Alto paraíso de Goiás/GO, maio de 2011

000020



ANEXO VI

MINUTA DO CONTRATO nº ____/2011

CONTRATO DE EMPREITADA PARA _____, QUE NA FORMA ABAIXO ENTRE SI FAZEM:

Partes

CONTRATANTE: MUNICIPIO DE ALTO PARAISO DE GOIAS pessoa jurídica de direito público interno, inscrita no CNPJ nº. 01.740.455/0001-06, com sede administrativa na Praça Centro administrativo n.º 01, Alto Paraíso, Estado de Goiás, neste ato representada pelo Prefeito Municipal _____, portador do CPF _____ e carteira de identidade nº _____ SSP/____, _____, residente e domiciliado _____.

CONTRATADA: _____, inscrita no CNPJ sob o n.º _____, com sede na _____ Setor _____ CEP _____, neste ato representado pelo Sr. _____, _____, portador da Carteira de Identidade nº _____ expedida pela _____ e inscrito no CPF sob o nº _____, residente e domiciliado na _____, Setor _____ CEP _____.

01-Do
Fundamento
Legal

CLÁUSULA PRIMEIRA

01.01 - O presente contrato é firmado nos termos do Processo Licitatório nº ____/2011 na modalidade Carta Convite nº ____/2011, cuja homologação e adjudicação do objeto, deu-se a favor da contratada obedecidas as normas dispostas na Lei nº 8.666/93.

02-Do Objeto

CLÁUSULA SEGUNDA

02.01 – Constitui objeto da presente contratação de empresa para _____.

04-Normas de
Execução

CLÁUSULA QUARTA

04.01 – Os serviços serão realizados com rigorosa observância dos projetos e respectivos detalhes, bem como estrita obediência às prescrições e exigências das especificações da **CONTRATANTE**, **assim como todos os termos e condições do edital de licitação** que serão considerados como parte integrante do presente contrato.

04.02 – A **CONTRATADA** se obriga a executar os serviços, empregando exclusivamente materiais de primeira qualidade e obedecendo aos Projetos de Engenharia da **CONTRATANTE**.

04.03 – Poderá a **CONTRATANTE**, a seu critério, exigir a demolição para reconstrução de qualquer parte da obra, sem qualquer ônus para a **CONTRATANTE** caso essa tenha sido executada com imperícia técnica comprovada, ou em desacordo com o Projeto, Normas e Especificações, e ainda, em desacordo com as determinações da fiscalização, nos termos do



artigo 69, da Lei nº 8.666, de 21/06/93.

05-Execução e Acréscimo e Supressão de Serviços. **CLÁUSULA QUINTA**

05.01 – Caberá à **CONTRATANTE**, através do seu Prefeito Municipal, a emissão da Ordem de Serviços e à Secretaria de Municipal de Obras do Município de Alto Paraíso de Goiás a coordenação, supervisão e fiscalização dos trabalhos objeto desta Carta Convite e, ainda, fornecer, à **CONTRATADA**, os dados, os elementos técnicos e os projetos de engenharia necessários à realização dos serviços licitados.

05.02 – A **CONTRATADA** deverá, inicialmente, afixar no canteiro de serviços placas alusivas à obra, com dimensões, dizeres e símbolos a serem determinados pela **CONTRATANTE**.

05.03 – A **CONTRATADA** se obriga a executar as obras empregando exclusivamente materiais de primeira qualidade, obedecendo, rigorosamente, aos projetos de engenharia que lhe forem fornecidos pela **CONTRATANTE** e às modificações propostas e aprovadas pela **CONTRATANTE** durante a execução dos serviços.

05.04 – Poderá a **CONTRATANTE**, ao seu critério, exigir a reconstrução de qualquer parte da obra, sem qualquer ônus para a mesma caso essa tenha sido executada com imperícia técnica comprovada, ou em desacordo com as normas, especificações ou com as determinações da fiscalização, nos termos do art. 69, da Lei nº 8.666/93.

05.05 – Nenhuma alteração ou modificação de forma, qualidade ou quantidade dos serviços, poderá ser feita pela **CONTRATADA**, podendo, entretanto, a **CONTRATANTE** determinar as modificações tecnicamente recomendáveis, desde que justificadas nos termos da lei 8.666/93.

05.06 – Qualquer alteração, modificação, acréscimos ou reduções que impliquem alteração do projeto da obra, deverão ser justificados e autorizados, sempre por escrito, pela **CONTRATANTE**.

05.07 – Ao término dos serviços, a **CONTRATADA** deverá proceder à limpeza do canteiro da obra.

05.08 – Os serviços poderão ser acrescidos ou suprimidos, a critério da **CONTRATANTE**, nas mesmas condições contratuais, nos limites estabelecidos pelo § 1º do art. 65, da Lei 8666/93.

05.09 – As alterações de serviços serão efetivadas através do competente Termo Aditivo após apresentação da proposta para realização das alterações, obedecendo aos seguintes critérios:

05.09.01 – Os serviços adicionais, cujos preços constarem da proposta inicial, inclusive o BDI, serão acertados pelos seus valores históricos.

05.09.02 – Caso ocorra determinado serviço que não tenha sido previsto no Orçamento Estimativo, o seu preço unitário será elaborado de comum



acordo entre as partes contratantes, observado o preço de mercado e respeitados os limites previstos no § 1º, do Art. 65, da Lei nº 8.666/93.

06-Pagamento e Reajustamento **CLÁUSULA SEXTA**

06.01 – DO PAGAMENTO:

06.01.01 A **CONTRATANTE** pagará à **CONTRATADA** pelas obras e serviços contratados e efetivamente executados e pelos materiais fornecidos, mencionados na cláusula segunda deste contrato, o valor global de R\$ ____ (____). Os pagamentos serão efetuados pela Secretaria de Administração e Finanças do MUNICÍPIO de Alto Paraíso de Goiás – GO, por meio de depósito em conta corrente bancária em nome da empresa contratada, o valor dos serviços executados baseado em medições mensais, mediante a apresentação das faturas.

06.02 – DO REAJUSTAMENTO:

06.02.01 – De conformidade com o art. 2º da Lei 10.192, de 14 de fevereiro de 2001, o preço contratado não poderá ser reajustado.

07-Prazo e Prorrogação **CLÁUSULA SÉTIMA**

07.01 – PRAZO:

07.01.01 – O prazo concedido para conclusão total dos serviços será o de ____ (____) dias corridos, contados a partir da data de emissão da Ordem de Serviços.

07.02 – PRORROGAÇÃO:

07.02.01 – A prorrogação do prazo fica a exclusivo critério da Administração da **CONTRATANTE**.

08-Fiscalização **CLÁUSULA OITAVA:**

08.01 – A fiscalização de todas as fases dos serviços será feita por Engenheiro designado pela **CONTRATANTE**.

08.01.01 – PELA CONTRATADA:

08.01.01.01 – as falhas nos serviços de terceiros, não sujeitas à sua ingerência;

08.01.01.02 – as consultas à fiscalização;

08.01.01.03 – as datas de conclusão de etapas caracterizadas de acordo com o cronograma aprovado;

08.01.01.04 – os acidentes ocorridos no decurso dos trabalhos;

08.01.01.05 – as respostas às interpelações da fiscalização;



08.01.01.06 – a eventual escassez de material que resulte em dificuldades para a obra ou serviço;

08.02.02 – PELA FISCALIZAÇÃO:

08.02.02.01 – juízo formado sobre o andamento da obra ou serviço, tendo em vista as especificações, prazo e cronograma;

08.02.02.02 – soluções às consultas lançadas ou formuladas pela **CONTRATADA**, com correspondência simultânea para a autoridade superior;

08.02.02.03 – determinação de providências para o cumprimento das especificações;

08.02.02.04 – outros fatos ou observações cujo registro se torne conveniente ao trabalho de fiscalização.

08.02.02.05 - A fiscalização de todas as fases dos serviços será feita por Engenheiro designado pela **PREFEITURA MUNICIPAL DE ALTO PARAÍSO DE GOIÁS**.

09-Das Multas e Sanções CLÁUSULA NONA:

09.01 – A multa contratual será aplicada em **0,1%** (zero vírgula um por cento) por dia de atraso consecutivo que exceder o prazo para conclusão da obra.

09.01.01 – A multa aplicada poderá ser descontada de pagamento eventualmente devido pela contratante ou ainda, quando for o caso, cobrado judicialmente, podendo ser restituída se, na medição final dos serviços, for constatada a recuperação do atraso.

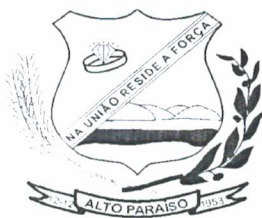
09.01.02 – No caso de existir prorrogação, contagem será feita após a data da referida prorrogação parcial;

09.02 – Pela inexecução total ou do contrato, além da aplicação da multa prevista no item 09.01, poderá a **CONTRATANTE**, garantida prévia defesa no prazo de **10** (dez) dias úteis, em processo administrativo, aplicarmos, à **CONTRATADA**, as seguintes sanções:

09.02.01 – Advertência;

09.02.02 – Suspensão do direito de licitar e contratar com a Administração Pública pelo prazo que for fixado pelo Presidente em função da natureza e da gravidade da falta cometida:

09.02.02.01 - Por **6** (seis) meses – quando a **CONTRATADA** incidir em atraso de obra ou serviços que lhe tenham sido adjudicados, através de licitação, ou recusar, injustificadamente, assinar o contrato ou recusar a



cumprir com a proposta apresentada no processo licitatório.

09.02.02.02 - Por **1** (um) ano – quando a **CONTRATADA** empregar material e/ou fornecer serviços, de qualidade inferior ou diferente das especificações exigidas pela **CONTRATANTE**.

09.02.02.03 - Por até **2** (dois) anos, nos casos em que a inadimplência acarretar prejuízos à **CONTRATANTE**.

09.03 – Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública Estadual, considerando para tanto, reincidência de faltas, a sua natureza e a sua gravidade, bem como, por desacato a funcionário ou a Diretor da **CONTRATANTE**.

09.03.01 – O ato de declaração de inidoneidade será proferido pelo Secretário Municipal de Obras e publicado no Diário Oficial do Estado, e perdurará enquanto durarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação, que será concedida sempre que a **CONTRATADA** ressarcir à **CONTRATANTE** os prejuízos resultantes e depois de decorrido o prazo da sanção aplicada com base no item **10.02.02**.

09.03.02 – A reabilitação poderá ser requerida depois de decorridos **2** (dois) anos da aplicação da sanção prevista neste item.

09.04 – As sanções previstas poderão também ser aplicadas às empresas ou aos profissionais que em razão deste contrato:

09.04.01 – Tenha sofrido condenação definitiva por praticarem, por meios dolosos, fraude fiscal no recolhimento de qualquer tributo.

09.04.02 – Demonstrarem não possuir idoneidade para contratar com a **CONTRATANTE**, em virtude de atos ilícitos praticados.

09.05 -As multas e demais sanções, aqui previstas, serão aplicadas sem prejuízo das sanções civis ou penais cabíveis ou de processo administrativo;

10-Rescisão

CLÁUSULA DÉCIMA

10.01 – A rescisão do contrato poderá ser:

10.01.01 – determinada por ato unilateral e escrita da Administração, nos casos enumerados nos incisos I a XII e XVII do art. 78 da Lei nº 8.666/93, (observado o disposto no art. 80 da citada lei);

10.01.02 – amigável, por acordo entre as partes, reduzida a termo no processo da licitação, desde que haja conveniência para a Administração;

10.01.03 – judicial, nos termos da legislação;

10.02 – A rescisão administrativa ou amigável deverá ser precedida de



autorização escrita e fundamentada da autoridade competente.

10.03 – Quando a rescisão ocorrer com base nos incisos XII a XVII do art. 78 da referida lei, sem que haja culpa do contratado, será este ressarcido dos prejuízos regularmente comprovados que houver sofrido, tendo ainda direito a:

10.03.01 – Devolução da garantia;

10.03.02 – Pagamentos devidos pela execução do contrato até a data da rescisão;

10.03.03 – Pagamento do custo da desmobilização.

**11–Recebi-
mentos dos
Serviços**

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA

11.01 – O recebimento dos serviços será feito pela **CONTRATANTE**, ao término das obras, após verificação da sua perfeita execução, da seguinte forma:

11.01.01 – Provisoriamente, pelo responsável por seu acompanhamento e fiscalização, mediante termo circunstanciado, assinado pelas partes em até **15** (quinze) dias da comunicação escrita da **CONTRATADA**;

11.01.02 – Definitivamente, por servidor ou comissão designada pela autoridade competente, mediante termo circunstanciado, assinado pelas partes, após o decurso do prazo de observação, ou vistoria que comprove a adequação do objeto aos termos contratuais, observado o disposto no art. 69 da Lei n.º 8.666/93.

**12-Sub-contra-
tação**

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA

12.01 – Sempre que for julgado conveniente, devidamente justificado e aprovado pela **PREFEITURA MUNICIPAL DE ALTO PARAÍSO DE GOIÁS**, de acordo com parecer da Fiscalização, poderá a **CONTRATADA**, na execução do contrato, sem prejuízo das responsabilidades contratuais e legais, sub-contratar até **30%** (trinta por cento) do objeto, assim entendida etapa da obra, respondendo, entretanto, a **CONTRATADA**, perante a **PREFEITURA MUNICIPAL DE ALTO PARAÍSO DE GOIÁS**, pela execução dos serviços subcontratados.

12.02 – Fica condicionada a possibilidade de subcontratação à análise prévia da documentação da empresa a ser subcontratada referente à habilitação jurídica, fiscal, técnica (pertinente ao objeto da subcontratação) e econômico-financeira (proporcional à parte eventualmente subcontratada).

13-Obrigações **CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA**

13.01 – Além de outras responsabilidades definidas neste contrato, a **CONTRATADA** obriga-se:



13.01.01 – Apresentar na assinatura do contrato documento comprobatório de regularidade relativa às contribuições sociais, na forma da Lei 8.212 de 24.07.91, (INSS e FGTS).

13.01.02 – A **CONTRATADA** deverá manter preposto, com competência técnica e jurídica e aceito pela **CONTRATANTE**, no local da obra ou serviço, para representá-lo na execução do contrato.

14-Tributos CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA

14.01 - A **CONTRATADA** é responsável pelos encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais resultantes da execução do contrato.

15-Registros, Responsabilidade e Foro. CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA

e 15.01 - REGISTRO:

15.01.01 - O contrato deverá ser registrado no Tribunal de Contas dos Municípios – TCM.

15.02 - RESPONSABILIDADE:

15.02.01 - A **CONTRATADA** responderá, civilmente, durante **5** (cinco) anos, após o recebimento dos serviços, pela solidez e segurança da obra, bem como dos materiais empregados, nos termos do artigo 618, do Código Civil Brasileiro.

15.02.02 - Ocorrendo vícios ou defeitos deverá a **CONTRATANTE** dentro do prazo máximo de 180 (cento e oitenta) dias contados a partir do conhecimento destes, acionar a **CONTRATADA** sob pena de decair dos seus direitos.

15.02.03 - A **CONTRATANTE** exime-se da responsabilidade civil por danos pessoais ou materiais porventura causados em decorrência da execução da obra, objeto da presente licitação, ficando esta como obrigação única da **CONTRATADA**.

15.02.04 – A **CONTRATADA** é responsável por qualquer dano ambiental que por ventura venha ocorrer em decorrência da execução da obra, respondendo pelos reparos ambientais e penalidades estipuladas em Lei.

15.02.05 - A **CONTRATADA** é a responsável pelos encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais resultantes da execução do contrato.

15.03 - FORO:

15.03.01 - Fica eleito o foro da Comarca de Alto Paraíso de Goiás, Estado de Goiás, para dirimir dúvidas acaso surgidas em decorrência da execução do presente instrumento.



Prefeitura Municipal de Alto Paraíso de Goiás
Estado de Goiás

000028

E, por estarem acordes, assinam este instrumento os Representantes das partes, o Responsável Técnico da **CONTRATADA** e as testemunhas arroladas.

Alto Paraíso de Goiás, aos ____ dias do mês de _____ de _____.

Prefeito Municipal de Alto Paraíso de Goiás

Representante Legal da **CONTRATADA**

TESTEMUNHAS: